

# **VISIBILIDADE, PROTAGONISMO E CONQUISTA DAS MULHERES NA CAMPANHA DA ANISTIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

Jane Cleide dos Santos Silva

Orientador: Prof. Carlos de Oliveira Malaquias

## **Resumo**

Este artigo propõe-se a evidenciar as lutas e protagonismos das mulheres brasileiras durante o período da ditadura militar e na campanha feminina em favor da anistia, com o objetivo de resgatar a memória dessas mulheres que militaram contra o autoritarismo e repressão impostos pelo governo militar e em favor da redemocratização no país. O estudo destaca a atuação das mulheres sergipanas dentro dos movimentos políticos, estudantis e militantes, como reagiram diante das situações que sofreram repressão, foram presas, torturadas em sua condição de mulher, e como era a vida de quem optou pela clandestinidade. Tomamos como base deste estudo os depoimentos colhidos pela Comissão Estadual da Verdade e entrevistas concedidas ao projeto “Vozes de um passado-presente” a fim de compreender como sucederam as lutas femininas em resistência à ditadura militar. Em seus relatos, as mulheres em vista neste estudo narram suas trajetórias individuais e a forma que eram tratadas por agentes quando presas. Contudo, seu protagonismo só ganhou visibilidade com a campanha feminina em favor da anistia, com o Conselho da Condição Feminina que alavancou conquistas em favor da causa da anistia e da necessidade da mulher e criação da Delegacia da Mulher no ano de 1988.

**Palavras-chave:** Mulheres; ditadura militar; Campanha da Anistia; visibilidade feminina.

## **Introdução**

No decurso do século XX as mulheres ampliaram suas atividades e presença no mercado de trabalho. Com os anos foram aumentando suas aspirações que deu início a várias discussões em torno da conquista de direitos femininos, como a educação que foi crucial para emancipação intelectual, a diminuição das desigualdades, mais liberdade e participação na vida pública e política através do sufrágio.

Com o surgimento da segunda onda do feminismo, iniciada na década de 1960, nos Estados Unidos e espalhadas por vários países, houve uma explosão dos movimentos das mulheres que reivindicavam mais direitos e igualdade para as mulheres, fim da discriminação na empregabilidade, luta contra o patriarcado, em favor da libertação do corpo da mulher, legalização do aborto entre outros. Foi nessa década também que se formaram vários grupos

e movimentos femininos que levantaram várias bandeiras sobre a desigualdade de gêneros e a favor da emancipação da mulher.

As mulheres brasileiras ganharam destaque nessa década por lutarem contra ditadura, iniciada em 1964, após um golpe civil-militar contra o então presidente do Brasil, João Goulart. É nesse contexto que as ativistas e militantes brasileiras foram impulsionadas a lutarem em favor de mudanças sociais, contra a repressão e tirania imposta pelo regime ditatorial que tentava a todo custo controlar e reprimir as ações das massas e dos movimentos sociais considerados uma ameaça para o regime.

Porém, mesmo com toda repressão imposta pelo governo militar, a sociedade não deixou de se organizar, se manifestar e exigir a volta da democracia no país, através de eleições diretas para presidente. Com isso, muitos movimentos surgiram para lutar, resistir ao autoritarismo e repressão do governo institucionalizado pela violência, prisão e práticas de torturas que por vezes acabava por ceifar a vida das vítimas.

Todos esses acontecimentos não inibiram as lutas das mulheres, mas as orientaram contra a violação dos direitos civis e humanos, em favor da redemocratização no país, da presença da mulher nos espaços públicos e na política. Elas se engajaram em movimentos políticos e militantes, participaram de manifestações, passeatas, e passaram a ser personagens atuantes em acontecimentos marcantes da história do país como no movimento da Campanha da Anistia e nas manifestações das Diretas Já! E alcançaram diversas conquistas para as mulheres através do Movimento das Mulheres.

Em Sergipe, como em todo país, as mulheres também tiveram papel de destaque nas lutas de resistência à ditadura e a favor da redemocratização. Resistiram às prisões, torturas e violências praticadas contra a integridade feminina em prol de uma causa maior que era a volta da democracia e respeito aos direitos civis através de uma renovação política.

Dessa forma, buscou-se, nesse artigo, evidenciar a importância histórica e individual dessas mulheres, seu protagonismo nas lutas em favor de um ideal de país e da causa feminina que mudaram a história e trajetória de outras mulheres. Pois, foi através da determinação e ideal igualitário dos movimentos das mulheres que foram obtidas várias conquistas com o fim da ditadura militar no ano de 1985, com a Campanha Feminina em favor da Anistia e criação do Conselho da Condição Feminina que proporcionou vários benefícios para as mulheres na área da saúde e assistência social culminando com a criação da Delegacia da Mulher em 1988.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem por objetivo geral analisar como se deu esse protagonismo a fim de resgatar a memória dessas mulheres que atuaram nos movimentos estudantis, políticos e de mulheres, para entender e registrar suas lutas, ideais femininos e êxitos que contribuíram para construção de uma nova ordem social e progressiva emancipação da mulher, fundamentais para construção de uma nova identidade feminina e participação no espaço público.

Nossas fontes consistem em entrevistas coordenadas pelo historiador José Vieira Cruz através do projeto “Vozes de um Passado-Presente” (2011) a algumas dessas mulheres, a exemplo de Iara Viana de Assis, Tânia Soares, Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Correia e Ana Maria Rollemberg Côrtes, e dos depoimentos realizados pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

Para tanto, utilizou-se como fundamentação as teorias de Polack (1989), que ressalta os fatos sociais como pontos de referência e indicadores da memória coletiva de um determinado grupo, e de Rovai (2013), que eleva a importância da memória testemunhal das mulheres vítimas de traumas durante a ditadura militar no sentido de dar a conhecer e registrar através de relatos as memórias e vozes silenciadas de grupos excluídos que passaram por experiências dolorosas nesse período.

Portanto, a relevância desse trabalho justifica pelo destaque das lutas e êxitos dessas mulheres através do resgate de suas memórias, valorizar seu trabalho e comprovar a força e coragem dessas mulheres que em meio ao machismo de sua época e perseguição política e repressão militar não desistiram de seus ideais femininos e igualitários, contra perseguição e repressão da ditadura militar e em favor das causas e necessidades femininas.

## **O Movimento feminista e presença pública das mulheres no contexto da ditadura militar no Brasil**

O processo de emancipação feminina inicia no final do século XIX e início o século XX, conhecido como primeira “onda do feminismo”, foi um período das atividades femininas iniciada, particularmente, na Europa e Estados Unidos, por meio de manifestações de mulheres que lutava para a diminuição das desigualdades de gênero, emancipação intelectual e sufrágio feminino, ou seja, o direito ao voto. Já a segunda onda do feminismo teve início na década de 1960, com uma

grande explosão da luta das mulheres nos Estados Unidos e depois na França, espalhando-se por vários países no mundo.

O documentário americano “She’s Beautiful When She’s Angry” (com tradução livre, “Ela fica linda quando está com raiva”), dirigido por Mary Dore (2014), revela algumas dificuldades e contradições do movimento feminista por meio de relatos das mulheres que criaram e lideraram o movimento ONM (Organização Nacional da Mulher) em 1966 nos Estados Unidos. Na obra, Muriel Fox, relações públicas da ONM, afirma em seu relato que criaram a organização porque sabiam que o mundo precisava de uma entidade de direitos civis das mulheres e essa foi uma das razões pelas quais o movimento explodiu tão rápido e com tanta força.

Já Jacqueline Ceballos, presidente do comitê nova-iorquino da ONM, diz que representava aquele enorme grupo de mulheres de classe média que poderia ter todos os confortos e conveniências da vida, mas sentia que tinha algo errado e decidiu dedicar seu tempo à luta pela igualdade das mulheres e a descriminalização na empregabilidade.

Muitos eram os grupos que iam se juntando ao movimento das mulheres, como grupos de universitárias, de direitos civis e também novos grupos iam se formando, como o Movimento de Libertação da Mulher e Irmãs Negras Unidas, que possuíam outros ideais, e seus desejos de mudanças davam força ao movimento das mulheres.

Através de passeatas, com cartazes, queimavam sutiãs e diziam palavras de ordem, essas mulheres reivindicavam a discriminação na empregabilidade, lutavam contra o chauvinismo masculino, e a favor da aprovação de direitos iguais, da legalização do aborto e de não mais serem tratadas como objetos sexuais, entre outras questões femininas.

Conforme Thiollente (1998), a segunda onda do feminismo na França tem como marco a manifestação de estudantes universitários, em maio de 1968 em Paris, que ocuparam a Universidade Paris-Sorbonne, pedindo reformas no setor educacional. Essa manifestação foi brutalmente reprimida pela polícia, gerando uma onda de protestos e ganhando a adesão de operários que depois evoluiu para a maior greve geral da Europa com a participação de cerca de 10 milhões de grevistas em uma imensa manifestação nas ruas de Paris. Pois, tanto a categoria universitária, dos operários, quanto as camadas da sociedade que se uniram a greve, tinham reivindicações inseridas no contexto global da sociedade, eram lutas corporativas, de gênero, com objetivos políticos, defesa pela liberdade individual ou coletiva, denúncia contra a guerra, entre outros.

A bandeira levantada pelas feministas sobre a ideologia de gêneros envolve tanto a luta contra o patriarcado, em favor da libertação do corpo da mulher e contra a distinção de sexo, é uma das bases do feminismo de segunda onda na Europa (THIOLLENT, 1998).

Segundo Pedro (2012) quando o feminismo de segunda onda chegou ao Brasil, a realidade brasileira era complicada para as feministas havendo inclusive preconceito mesmo entre as mulheres que não viam de bom grado as ideias feministas. A “segunda onda” do feminismo no Brasil também tinha objetivos distintos das ideias anteriores. O novo feminismo desejava combater qualquer tipo de depreciação contra a mulher, apresentava reivindicações não só dos direitos políticos, educacionais e econômicos, mas também, assuntos ligados à sexualidade, ao corpo, à violência contra a mulher e sobre o uso da “pílula”. Essas ideias ganharam muito destaque nos debates dos grupos de reflexão/consciência e movimento de mulheres.

No entanto, enquanto nos Estados Unidos e na Europa o contexto era pertinente à criação de movimentos libertários e ideológicos, o Brasil de 1964 começava a viver a experiência autoritária do regime militar, que tentava, a todo custo, controlar a população, impedindo a liberdade de expressão. Por esse e outros motivos, havia muitas reações da população brasileira a todo autoritarismo e imposições da ditadura militar através de grupos de oposição ao governo com considerável participação das mulheres (PEDRO, 2012). Contudo, a luta das mulheres no Brasil, teve proporção diferente de outros países, pois, as ativistas e militantes brasileiras, além de lutar contra o patriarcado e combater o machismo defender sua liberdade, também foram impulsionadas a lutarem contra imposições arbitrárias do governo a favor de mudanças sociais.

De acordo com Pedro (2012), durante a década de 1970 e parte da década de 1980, o grande confronto das ativistas do feminismo ficou dedicado às lutas gerais de oposição à ditadura e às específicas das mulheres, pois “a luta pela emancipação feminina é parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática”.

O Brasil vivenciou dois momentos de ditaduras que cercaram gravemente o exercício da democracia no país, a primeira comandada por Getúlio Vargas em 1937 com a criação do Estado Novo e perdurou até o ano de 1945, e, após 19 anos, os militares que desbancaram com apoio de importantes grupos da sociedade civil em 1964 o então presidente João Goulart através de um golpe de estado e colocando no poder o General Humberto Castelo Branco. Ao todo foram cinco os militares que ocuparam a presidência no Brasil numa ditadura que durou 21 anos, tendo seu fim no ano de 1985.

Conforme Napolitano (2014), os que lideraram o golpe de 1964 não aceitavam o voto popular, nem o nacionalismo econômico, agenda distributivista, a presença de movimentos sociais de trabalhadores, ou seja, de forma alguma aceitavam a presença das massas ou movimentos sociais comprometidos com o reformismo trabalhista. Quem era ligado a qualquer movimento era considerado populista ou subversivo e visto como ameaça ao regime. Dessa forma, o regime militar tinha dois objetivos políticos básicos: i) o primeiro era destruir a elite política e intelectual reformista através de cassações e inquéritos policial-militares; ii) o segundo objetivo era cortar todos os laços organizados entre a elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, a exemplo de Movimento Operário e o Camponês que sofreram grande repressão policial e política.

Os Atos Institucionais foram fundamentais para firmar o caráter tutelar do Estado e manter o regime militar. De acordo com Napolitano (2014), os atos tinham como principal objetivo reforçar legalmente o Poder Executivo e da presidência da República dentro do sistema político e também servir para consolidar o processo de normatização autoritária, através de uma máquina repressiva que sobrecaiu na sociedade, fundada em tripé: vigilância-censura-repressão. Conforme afirma Merlino:

O golpe militar, em 1º de abril de 1964, institucionalizou a detenção, a prisão, e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento, deixando um legado sinistro: mortos e desaparecidos políticos, uma legião de incontável de militantes-homens -e- mulheres-presos e torturados e histórias de vida truncadas (MERLINO, 2010 p. 28).

Os anos que sucederam o golpe militar foram de muita movimentação social, lideradas por partidos políticos, lideranças empresariais, entidades da sociedade civil e religiosa, sindicatos dos intelectuais e dos artistas e movimentos estudantis, que iam de encontro às transformações em curso e reivindicavam direitos da sociedade civil, condenavam o autoritarismo e a repressão, defendia a redemocratização no país.

Várias foram as formas de manifestações sociais, greves, passeatas, chegando inclusive a luta armada depois de esgotados os meios democráticos para enfrentar o poder dos militares, assaltos a bancos, sequestro de diplomatas, atentados a quartéis realizados por grupos guerrilheiros compostos, em sua maioria, por estudantes, sindicalistas, religiosos, intelectuais, militares nacionalistas e comunistas.

Essas ações eram lideradas por sujeitos militantes e resistentes à repressão imposta pela ditadura militar, muitos foram presos, exilados e torturados, sofrendo vários tipos de violência

física, ocasionando muitas mortes ou viveram na clandestinidade. Más não eram só os homens participavam desses movimentos, muitas mulheres também lutaram e resistiram à tirania imposta pela ditadura, atuando como militantes de resistência e organizando a sociedade civil em favor a redemocratização (MERLINO, 2010).

Os Atos Institucionais promulgados entre 1964 e 1967 redefiniram os rumos para eleições indiretas, extinguíam os partidos, decretavam estado de sítio sem aprovação parlamentar, cassavam direitos políticos e davam novos passos para a institucionalização do regime. Foi criado o Conselho de Segurança Nacional que tornava todo cidadão um vigilante e um suspeito, e dava abertura para possíveis crimes políticos e muitas outras ações para conter qualquer manifestação que fosse contrária ao regime (NAPOLITANO, 2014).

Após o golpe, as atividades da Polícia Política foram reorientadas pelos Atos e a outorga da Constituição de 1967 reinstalou o Estado de Segurança Nacional, sendo criada uma rede de informação de combate à subversão, preconizada pela Doutrina de Segurança Nacional, com os demais órgãos subordinados ao Serviço Nacional de Informação. Já o Departamento de Operações de Informação – Centro de Operação e Defesa Interna (DOI-Codi) tinha importante função e logística militar que oferecia estratégias adequadas a agentes de repressão que tivessem interesse em aniquilar grupos revolucionários.

No DOI-Codi se concentravam representantes de todas as forças policiais, já que as autoridades visavam manter a população sob constante vigilância e comprovar crimes políticos. Muitos eram os órgãos montados para conter qualquer ato subversivo ou que tivesse conotação oposta ao regime. Em São Paulo foi montada a Operação Bandeirante (OBAN), composta por efetivos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), além de Departamento de Polícia Federal, Força Pública, Guarda Civil e até por civis paramilitares.

A Constituição de 1967 se tornou alvo de críticas dos partidos de coalizão que propunham eleições diretas para presidência, os quais também discordavam de práticas do governo como a de expedir decretos-leis sem negociação com os parlamentares. À medida que a coalizão se esgarçava e também aumentavam os movimentos de contestação, o governo Castelo Branco aprofundava cada vez mais as estruturas autoritárias que iam dando forma ao regime militar.

Dessa forma, a Frente Ampla, uma organização partidária, tomou a iniciativa de fazer oposição sistemática ao regime militar e uma onda de contestação contrária ao autoritarismo e à

repressão se espalhou pelo país, feita por meio de greves e passeatas que terminava em hostilidade e repressão contra os manifestantes de forma deliberada e massacrante (NAPOLITANO, 2014). As manifestações contavam com apoio e participação de diferentes classes sociais como; padres, operários, artistas, intelectuais, guerrilheiros e estudantes que se ajuntavam aos protestos formando o chamado “clima brasileiro”, somado aos atentados promovidos por integrantes da direita e esquerda causando um clima de intranquilidade no país.

Segundo Napolitano (2014), o ano de 1968 foi chamado “o ano que não acabou”, pois expressa a sensação de interrupção de uma experiência de promessa libertária que se encerrou com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro. Iniciou-se o denominado “anos de chumbo”, com maior repressão, perseguições e combate aos considerados subversivos, transformando o Estado autoritário em um violento Estado policial. Este ato vigorou entre 1969 a 1979 e foi considerado “um golpe dentro do golpe”. Com a promulgação do ato institucional nº 5 cerca de 500 cidadãos entre professores, jornalistas e diplomatas, além de juizes de instâncias superiores, deputados e senadores tiveram seus direitos políticos cassados. A concessão de poderes às forças de segurança nacional combinava com uma cultura de impunidade derivado do autoritarismo que institucionalizou a violência e as práticas repressivas, por meio da prisão e da tortura e violação de direitos por força de segurança.

A década de 1980 iniciou com a criação de novos partidos. Foi formado o maior partido de oposição o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores, conforme Passavento afirma:

No fim do ano de 1980, o Congresso aprovava uma emenda constitucional que determinava eleições diretas para o governo dos estados. Em 1982, quando se realizaram as primeiras eleições diretas para os estados, o PP já fora absorvido pelo PMDB e as oposições alcançavam a vitória no governo de importantes estados. (PESAVENTO, 1991 p.79)

Já ano de 1983, teve início um movimento liderado pelo deputado federal Ulysses Guimarães PMDB conhecido “Movimento das Diretas Já”, que visava a sucessão presidencial do General Figueiredo, na presidência desde 1978, e tinha o objetivo de conseguir apoio de todas as forças de oposição ao governo. Nessa situação, o deputado federal Dante de Oliveira enviou ao Congresso uma emenda propondo eleições diretas para presidente. A emenda contava com apoio da maioria da população que em meio a comícios e caminhadas sacudiram o país.

Com a clareza de que mudanças estavam por vir, o povo brasileiro confirmou seu apoio ao

movimento com a presença de cerca de 300 mil pessoas no comício realizado na Praça de Sé, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984, e expressões como “democracia”, “eleições diretas” e “abaixo a ditadura” começaram a ganhar força no dia a dia dos brasileiros, até mesmo por aqueles que não tinham participação em manifestação popular. Entretanto, a proposta da emenda das Diretas Já não alcançou o mínimo de dois terços de aprovação no Congresso, embora tenha sido aprovada pela maioria dos deputados presentes à votação. Contudo, a ditadura militar dava sinais de que estava chegando ao fim.

Ao longo de trajetória de resistência e militância contra a ditadura e reorganização da sociedade em favor da democracia no país, pode-se perceber que os homens não estavam isolados nessa luta, pois às mulheres também couberam papéis fundamentais e foram protagonistas na história da redemocratização no Brasil.

Durante o tempo de luta e resistência contra o regime militar, muitos foram os militantes que se tornaram clandestinos políticos, pois esse era um caminho de prosseguir com a luta, de modo que abandonaram suas casas e famílias, seus empregos, mudaram seus nomes e documentos tornando-se anônimos. Segundo Merlino:

Eram homens reservados e mulheres discretas. As relações entre os familiares e os amigos ficaram entrecortadas, esparsas, feitas de silêncios. Muitos souberam, tempos depois, do falecimento de seus próprios pais; outros receberam, meses depois, notícias sombrias de amigos e conhecidos. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negar, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer com nomes frios, como indigentes, *nenhum nome*, os NN. (MERLINO, 2010, p. 29).

Como podemos perceber, na década de 1960 as mulheres já vinham atuando nos movimentos estudantis contra a ditadura. O XXX Congresso organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no dia 15 de outubro de 1968, em Ibiúna (SP) tinha a participação de cerca de 150 estudantes femininas, porém o Congresso foi desmantelado por tropas militares e praticamente todos os que estavam presentes foram presos e fichados. Estavam presentes também nas Marchas pela Família com Deus pela Liberdade, de direita, antes do Golpe de 1964 e na passeata dos Cem Mil em 1968 em oposição ao governo.

Pedro (2013) afirma que foi na década de 1970 que as mulheres começaram a ter mais visibilidade e passaram a ser personagens nos espaços públicos e a presença feminina aumentou nitidamente nas universidades, empregos formais, nas manifestações de rua. Nas décadas seguintes, elas atuaram nos clubes das mães, nos movimentos por creche, nas marchas da “panela vazia”, nas reivindicações pela anistia de presos políticos e no movimento das Diretas Já, no ano de 1984.

Em 1975, aconteceu um encontro realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa e foi considerado um marco do feminismo no Brasil. Esse encontro foi organizado para discutir o papel e comportamento da mulher na sociedade brasileira, que culminou com a criação do Centro da Mulher Brasileira com sede no Rio de Janeiro, com objetivo de discutir, estudar e pesquisar, questões da mulher e criação de um departamento de ação comunitária para tratar, em nível local, dos problemas da mulher, como a melhoria das condições de vida e moradia, e pressionar o governo para criação de escolas, creches, postos de saúde e melhoramento do transporte público. Esses encontros também eram realizados em paróquias sob o amparo da Igreja Católica permitindo cada vez mais uma participação social da mulher de forma organizada.

Durante a vigência da ditadura, muitas mulheres foram consideradas subversivas por estarem ligadas a grupos sociais ou movimentos de militância e tiveram que fugir do país para não ir para prisão, algumas foram banidas, ou viverem na clandestinidade, enquanto outras foram presas, torturadas, estupradas e até assassinadas, acusadas de subversão.

A série documental *Mulheres em Luta*, produzida por Susana Lima (2014), apresenta depoimentos de mulheres que sofreram com a crueldade, violência e atrocidades praticadas por oficiais, quando estiveram presas no Presídio Tiradentes, na ala feminina conhecida como Torre das donzelas, contudo, foram construindo suas histórias com atitudes contrárias a ditadura militar.

Com a forte predominância da ideologia patriarcal embutida nos militares e sua tendência conservadora, a tortura que as presas recebiam estava ligada diretamente ao gênero feminino. De acordo com o relato de mulheres que participaram da série *Mulheres em Luta*, as torturas que sofreram eram machistas, pois os militares as menosprezavam, ridicularizavam, para fazê-las se sentirem inferiores. Seus depoimentos relatam sobre como os militares tratavam as mulheres militantes. Elas não eram só acusadas de serem terroristas, mas de serem terroristas e mulheres. Acusadas de invadir um espaço público antes ocupado pelos homens, os agentes acusavam essas mulheres de serem desviantes e renegar sua própria natureza.

## **Os Movimentos Políticos e Militantes em Sergipe contra a ditadura militar**

Em 31 de março de 1964, o governador de Sergipe Seixas Dória se encontrava no Rio de Janeiro, pois era aliado do governo de João Goulart. Na viagem de retorno a Aracaju passando por Salvador conversou com o governo da Bahia sobre como deveriam se posicionar diante da mobilização civil militar e a respeito de seus estados. Chegou a Aracaju na tarde de 1º de abril em meio a muita movimentação da sociedade e dos partidos políticos por conta da iminente vitória do movimento civil-militar. Nesse mesmo dia, houve uma movimentação da população em frente ao Palácio do Governo de Sergipe, em que o deputado federal Euvaldo Diniz iniciou um discurso, porém logo foi preso, o que causou muita euforia da população ali presente.

O Governador Seixas Dória, já em Aracaju, fez um pronunciamento em que se posicionava contra a sublevação dos militares através da rádio difusora de Sergipe, que ficou conhecido como manifesto aos sergipanos, em que reafirmava seus princípios cristãos, populares e nacionalistas; defendeu a legalidade institucional, as instituições democráticas, os mandatos populares e as reformas estruturais, democráticas e cristãs, que incorporassem ao organismo social vivo da nacionalidade as populações marginalizadas pela vigência de uma ordem anacrônica e semifeudal.

Também, nessa ocasião, pediu aos sergipanos “serenidade e equilíbrio”, que evitassem tudo que pudessem trazer maiores prejuízos e sofrimentos à maioria da população injustiçada e sofrida, pediu o auxílio divino expressando um sentimento de preocupação com o momento em que passava a sociedade brasileira e finalizou dizendo “Deus nos guie neste momento difícil da história da nossa Pátria”. (CRUZ, 2012, p. 199)

Na madrugada de dois de abril, o palácio do governo foi invadido por militares que prenderam o governador e conduziram-no ao quartel do 19º BC com sede na cidade de Salvador. Posteriormente, foi deposto do cargo de governador com a alegação trazida pelo coronel Pina de ser “instrumento das forças extremistas e antipatrióticas, vem sucessivamente atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do estado”, passando, assim, a chefia do Estado para o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho (DANTAS, 2014).

Contudo, mesmo os militares desarticulando os grupos de esquerda, através de prisões e exclusões, o novo governo contou com a oposição da UDN, que era a maioria no Legislativo, chegando a ameaçar a continuidade do governo de Celso Carvalho, criando tensões e competições entre os grupos políticos rivais e ações que requeriam o impeachment do governador.

No curso dos acontecimentos, entre prisões e perseguições, todas as camadas populares foram atingidas, organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de cultura e educação popular, assim como os participantes da Frente de Mobilização Popular (FMP), pois todos esses movimentos defendiam um modelo de democracia nacional e popular e reformas de base, agrária, urbana e universitária.

Voltando à manhã de 1º de abril, lideranças estudantis e sindicais articulavam-se em busca de informações seguras a respeito dos últimos acontecimentos e se reuniram na sede do sindicato dos ferroviários. Segundo Dantas (2014), há quem diga que a ideia era transformar a Leste Brasileira num quartel general antigolpe. No decorrer dessa reunião, chegaram notícias de que alguns sindicalistas da construção civil tinham sido presos o que causou grande apreensão. Por volta da meia noite, tropas do exército cercaram a sede dos rodoviários e levaram líderes sindicais e estudantis ao quartel do 28º BC, onde passaram a madrugada e foram liberados pela manhã. (DANTAS 2014)

Entretanto, além do sindicato dos ferroviários, que era um grupo muito forte, os movimentos de cultura e educação, de estudantes e recém-formados de cursos de graduação, existia também um movimento coordenado pela Igreja Católica que era intermediado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), que estimulava uma organização do sindicato dos trabalhadores do campo,

Esses grupos também não eram vistos com bons olhos pelos órgãos de segurança e informação, por isso, esses movimentos tiveram revogadas suas portarias e foram extintos como é o caso de centros populares de cultura mantidos pela União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) e pelos diretórios acadêmicos das Faculdades de Filosofia, Direito e Ciências Econômicas, Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP), além da Campanha Nacional de Alfabetização (CNA), pois, o regime ditatorial pretendia com isso pôr fim ao que chamavam de “focos de agitação social e política” (CRUZ, 2012 p. 206).

De acordo com Cruz (2012), posteriormente ao golpe civil-militar as prisões aumentaram através de delação que se instalava, pois uma parte da sociedade sergipana apoiava o regime ditatorial e defendia a nova ordem política. Em razão disso, muitos dos participantes desses movimentos de cultura e educação popular foram presos e estudantes, educadores que participavam da CNA, bem como seus dirigentes tiveram que responder a inquéritos policiais militares (IPMs); já os funcionários da CNA, foram indiciados por suspeita de corrupção e subversão. Porém, na avaliação do 1º tenente Jorge Henrique Leite, que fora incumbido de

examinar os depoimentos e documentos recolhido na sede da CNA contra os educadores e estudantes, assinalou em relatório não achar culpa em muitos dos indiciados e não haver provas necessárias que os julgassem culpados, sendo inocentados da acusação de subversão (DANTAS, 2014).

Segundo a historiadora Maria Helena Moreira Alves, os agentes da tutela militar tentavam a todo custo afastar representantes da sociedade civil política e desarticular grupos que estavam vinculados às reformas de base. Esse esforço foi chamado de “operação limpeza”, em que muitos estudantes, professores, jornalistas, operários, funcionários públicos e trabalhadores rurais foram presos através de diligências sem ordem judicial, seguida de violência e arbitrariedade.

Os anos seguintes ao golpe marcam controle às instituições e o enfraquecimento dos grupos estudantis contrários à ditadura militar. O movimento estudantil ressurgiu em 1968 e, mesmo com toda vigilância realiza encontros culturais para discutirem sobre a situação política, faziam passeatas, participavam de mobilizações, iam às ruas, lutavam pela legalização da UNE, realizaram o XXX Congresso da entidade clandestinamente em Ibiúna (SP).

Nesse dia entidade sofreu uma das suas maiores derrotas: muitos dos estudantes que ali estavam, foram presos, assim como o presidente Luís Travassos e várias lideranças estudantis. Entre os estudantes que ficaram detidos no presídio Tiradentes, estavam Wellington Manguiera, João Augusto Gama da Silva, Benedito Figueiredo, José Jacob Dias Polito, Laura Ribeiro Marques, Elze Santos, Janete Melo, João Bosco Rolemberg Côrtes, Antonio Vieira da Costa e José Alves Nascimento. Depois de alguns dias eles foram liberados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (CRUZ, 2012).

Com a edição do Ato Institucional nº5 dezembro de 1968 que sitiava a liberdade individual e coletiva, com uma censura excessiva e arbitrária, recomeçaram as prisões. Alguns dos estudantes que tinham participado do Congresso da UNE em Ibiúna (SP) foram presos e os que não foram presos foram indiciados, sendo que dessa vez nenhuma mulher foi presa, mas foram indiciadas. Todos os estudantes detidos foram apontados de participação nas mobilizações e passeatas, e acusadas de agitações no ano de 1968, indiciados em Inquéritos Policiais Militares (DANTAS 2014).

Conforme Dantas (2014), o processo movido contra os indiciados não satisfaziam os objetivos dos militares que desejavam afastar dos estudos os estudantes apontados como subversivos, por isso, os militares consideravam necessário o controle da recém-criada

Universidade Federal de Sergipe. A situação se complicou quando o reitor João Cardoso do Nascimento Júnior recebeu o ofício nº 24-E/2 de 13.02.1969, do Comandante da 6ª Região Militar, trazendo anexa a relação de 32 (trinta e dois) alunos da UFS que tinham participado dos movimentos de 1968. Emitido pelo general-de-brigada Abdon Senna, questionava pelo ofício a atitude dos estudantes que, apesar de estarem estudando em uma Universidade gratuita por conta do Estado, participaram de passeatas, reuniões, comícios, manifestações que geravam intranquilidade e complicavam a vivência da população em Aracaju.

As circunstâncias não eram boas nem para o reitor da UFS, nem para os estudantes, pois cabia às autoridades acadêmicas punir os alunos. Porém, por coincidência, ao tempo que o reitor recebia o ofício, o governo federal emitia o decreto-lei nº 477 de 26.02.1969, que definia infrações disciplinares para estudantes, funcionários e professores de estabelecimentos de ensino fosse ele público ou particular. O Decreto-Lei considerava que qualquer um desses que tivesse envolvimento em passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, confeccionasse ou distribuísse material considerado subversivo deveria ser punido (DANTAS, 2014).

Entre esses 32 estudantes citados na lista do General-da-brigada Abdon Senna, 24 eram homens e 07 mulheres, sendo elas Josefa Lourinho Novais (Direito), Laura Maria Tourinho de Ribeiro (História), Elvidina Macedo de Carvalho (Letras), Janete Correia de Melo (Letras), Ilma Menezes Fontes (Medicina), Maria Janete Sá Figueiredo (Medicina) e Elze Maria dos Santos (Serviço Social). Todos os citados na lista perderam seus direitos políticos estudantis como punição, pois, mesmo pressionado, o reitor da UFS contrariou o desejo do general-brigadeiro que esperava a expulsão dos estudantes (DANTAS, 2014).

Em 1970 a situação ainda se encontrava difícil para o reitor Cardoso e os estudantes que foram indiciados, pois o reitor da UFS continuava a resistir e não satisfazer o desejo do comando militar em Sergipe, que não se contentava com o fato dos estudantes não terem sido expulsos da Universidade e mencionava que estudantes de vários estados foram expulsos de Universidades públicas no país com base no decreto-lei nº 477/69.

Segundo Dantas (2014), devido às pressões sobre o reitor Cardoso não terem surtido o efeito esperado, em janeiro de 1970 o brigadeiro Armando Troia, Diretor da Divisão de Segurança e Informação do MEC, remeteu um ofício confidencial no qual estranhava a atitude do reitor, em apenas ter suspenso os direitos políticos dos estudantes e por esses ainda frequentarem a faculdade, fazer distribuição de jornais e outras publicações de natureza subversiva. Lembrava que da lista enviada anteriormente não constava o nome de 5 alunos Paulo José de Almeida, (Direito),

Júlio Cesar Régis Dantas (Serviço Social), Sílvio Santana Filho (Direito), José Ibarê Costa Dantas (História) e Zenaide Rosa Sobral (Geografia), que estariam incursos na infrações disciplinares definida no decreto lei, ao tempo que solicitava instauração de inquérito e aplicação das punições previstas como meio de repressão. Mesmo assim, o reitor Cardoso não recuou da sua atitude anterior e não expulsou os estudantes.

Os anos de 1974, 1975 e 1976 foram os anos mais cruéis da ditadura, com requinte de torturas violentas, extermínio e afogamentos. Foi justamente no ano 1976 que ocorreu uma operação militar em Sergipe marcada pela perseguição, arbitrariedade e crueldades da ditadura, chamada de Operação Cajueiros, chefiada pelo tenente-coronel Oscar Silva que, munido de informações e retratos de principais militantes do Partido Comunista Brasileiro, realiza várias prisões sob a acusação de ligação com o PCB. Tinham o objetivo de acabar de vez com os militantes do partido e montar o processo com acusação contra esses alegando estarem articulados para reorganizar o extinto partido no Estado de Sergipe. Dessa operação não há registro de prisões de mulheres em Sergipe.

Durante os anos de 1978 e 1979, os movimentos sociais lutavam pela redemocratização do Estado e que implicava numa certa abertura da sociedade política, porém o aparato estatal ainda era militarizado e mantinha resistência às forças democráticas. Contudo, ocorreu o Movimento Feminino pela Anistia, um movimento social pela abertura política do regime militar, pela volta de exilados e libertação de presos políticos. No fim da década de 1970 e início da década de 1980 aconteceram várias mudanças político-partidárias na sociedade sergipana que começa a se organizar na luta pela anistia dos presos políticos, surgiram reivindicações que deram outro ritmo as mobilizações dos estudantes, das mulheres e outros setores da sociedade e essa mobilização gerou a criação de vários comitês em favor da anistia (DANTAS, 2014).

Em Sergipe, podemos perceber que muitas mulheres participaram dos movimentos de militância política e estudantil na luta em prol das reformas de base, contra a ditadura militar e ganharam notoriedade na luta a favor da anistia de preso políticos no Estado e no processo da emancipação feminina motivadas pelas ideias do movimento feminista que cada vez mais ganhava força no país.

Voltando aos estudantes, educadores, funcionários públicos, jornalistas operários entre outros presos em abril de 1964, indiciados e acusados de subversão mencionados anteriormente, havia algumas mulheres que também foram presas por atuarem em movimentos militantes contra o regime ditatorial e conduzidas ao quartel do 28º BC, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Zelita

Rodrigues Correia, Maria Auxiliadora Silva, Rosa Helena, Terezinha Ribeiro e Maria Auxiliadora Rosal que depois foram inocentadas do processo por acusação de subversão (DANTAS, 2014).

Zelita Rodrigues Correia era militante dos movimentos de educação e cultura e popular participou da Juventude Universitária Católica, coordenadora do Movimento de Cultura Popular e integrava a UEES (União Estadual dos Estudantes Sergipanos), participou da AP (Ação Popular) e do CPC (Centro Popular de Cultura da UNE). Por sua atuação na política universitária, em movimentos de educação e cultura popular foi presa logo após o golpe militar e ficou presa por cinquenta e dois dias no quartel (CORREIA, Zelita Rodrigues in: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO 2011).

A exemplo de Zelita Rodrigues Correia, muitas mulheres participaram de movimentos estudantis e políticos que lutavam contra a ditadura militar, também inseridas em mobilizações, passeatas, se reuniam em grupos para debater a situação política do país e tiveram presença confirmada no participaram Congresso da UNE em Ibiúna, em que muitos dos presentes foram presos como Laura Maria Marques e outros companheiros depois indiciados.

Laura Maria Marques fazia parte dos movimentos militantes; começou a atuar no movimento estudantil em 1967 e conta em seu depoimento na Comissão Estadual da Verdade que o ano de 1968 foi um ano de muita efervescência para o movimento estudantil, muitos estudantes sergipanos foram presos, inclusive ela e muitos outros indiciados por terem participado do Congresso da UNE em Ibiúna. Lembra que depois que saiu da prisão foi indiciada e passou a viver na clandestinidade; recorda que Paulo Afonso levou a ela e outros estudantes também indiciados para o interior do estado para esperar o andamento do processo. Como afirma Marques em seu relato:

[...] Paulo Afonso nos levou para o interior, certo! Para aguardar e vê o que podia... o que tava acontecendo, porque se fosse só para né! depor aí a gente liberaria e vinha pra cá, e nós ficamos esse período no interior, foi interessante porque, nossa! ele conhecia era muita coisa, uns esquemas assim, saímos de canoa pra São Cristóvão e a paisagem muito bonita, e a gente estudante achava tudo muito bonito, e a gente ficava lá, e durante esse período, a gente ficava em casa de pessoas humildes, ao mesmo tempo a gente fazia discurso (risos), treinando né! Por que Clodoaldo era um agitador [...] e a gente passou esperando lá[...]fui até pra fazenda do meu avô, nessa época meu avô era vivo e tinha uma fazenda perto de Carmópolis e eu e Tina (Janete) fomos pra lá, mais depois aí, quando vimos né! A gente recebia orientação, aí! nos mandaram dizer que a gente podia se apresentar, aí só estavam nos chamando pra depor, aí fomos, dessa vez não fomos presas (MARQUES, 2016).

Ainda em depoimento à Comissão Estadual da Verdade, Laura Marques recorda que no ano de 1971 a situação era difícil para os estudantes indiciados que participaram do Congresso em

Ibiúna, pois sabiam que poderiam ser condenados a ficar presos, principalmente Wellington e as maiores lideranças poderiam ter algum problema com o processo da UNE. Pensaram então em sair do país, foram fazer um curso em Moscou. Nessa época, Marques já era militante do PCB de forma clandestina e quando voltou dois anos depois foi presa juntamente com Wellington que já era seu esposo (MARQUES, 2016).

Laura Marques lembra que o ano de 1973, quando estava presa, que nessa época as torturas eram mais científicas, com interrogatório e choque elétrico. Recorda também que quando foram soltos e de volta a Aracaju ainda em 1973, foram alertados a se afastarem da política. Nesse período de 1974 a 1976 ficaram sem participar de movimentos, pois qualquer movimento que havia eles eram procurados (MARQUES, Laura Maria. In.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO 2011).

Em entrevista ao Projeto Vozes de um Passado-Presente, Laura Marques comenta que em 1978 e 1979 ela com outras companheiras militantes estavam no movimento pela Anistia e pela redemocratização. Logo depois iniciou a luta das mulheres através do Movimento da Mulher, que apesar de estar ainda na ditadura, começou no governo de Figueiredo. Salienta que neste período iniciavam os movimentos, ou seja, a reivindicação para direito de mulheres e a nível nacional estavam aparecendo algumas organizações de entidades de mulheres, tinha o centro Brasileiro da mulher, a federação das mulheres e outros, que repercutiam em Aracaju (MARQUES, Laura Maria. In.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO 2011).

Ana Maria Santos Rollermberg Côrtes foi uma das mulheres engajadas no movimento operário, participou da Juventude Universitária Católica (JUC), movimento estudantil, atuou no movimento grevista a favor da paralisação das aulas por conta da prisão de estudantes no Congresso da UNE, em Ibiúna (SP) em 1968, que depois virou Ação Popular (AP) que era um movimento de resistência à ditadura, e também do PCdoB. Como muitos militantes foi presa e sofreu torturas físicas e psicológicas. Foi protagonista na luta do movimento a favor da Anistia em Sergipe e Presidiu a comissão do Conselho Feminino pela condição da Mulher em Sergipe. (ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

Em relato à Comissão da Verdade, Ana Maria Santos Rollermberg Côrtes recorda que em 1968, quando os militares tinham prendido vários militantes e estavam tentando pegá-la também, foi para o interior do estado. Em abril de 1969 arrumou a sacola, casou com João Bosco Rollemberg Côrtes e zarpou para o mundo, primeiro para Salvador e depois para São Paulo, sem a família saber, pois estavam todos sendo procurados pela repressão. Já em São Paulo, trabalhou no

movimento operário na linha de produção de fábrica e passou a fazer trabalho interno do PCdoB, passando documentos do partido entre os companheiros em feiras livres, mesclando com outros trabalhos pois estavam na clandestinidade (CÔRTEZ, 2016).

Já morando em Pernambuco, teve sua casa invadida por quatro ou cinco homens à paisana com metralhadoras e a imobilizaram presa a uma cadeira, enquanto revistavam toda a casa. Levaram muitos de seus pertences e a levaram presa para o DOI-Codi de Recife onde seu esposo João Bosco estava preso. Sofreu inúmeras torturas, inclusive com choque elétrico, e foi levada para algumas cidades para interrogatórios. Já na volta pra Recife precisou ser internada por estar grávida e muita debilitada de onde saiu para responder ao processo em liberdade através da ajuda de amigos (CÔRTEZ, 2016).

Como podemos perceber, muitas foram as mulheres que se destacaram e protagonizaram a luta contra a ditadura militar, em favor da anistia de presos políticos, pela redemocratização, também pela emancipação da mulher dentro da sociedade. Elas desempenharam papel de grande importância na construção da história sergipana. Conforme Andrade et al.(2011), podemos destacar Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia, e sua irmã Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Ana Maria Santos Rollemberg Côrtes, Iara Viana de Assis, Tânia Soares entre outras. Elas reivindicaram políticas em favor de condição feminina ao tempo que a sociedade brasileira começava o processo de redemocratização.

### **Memória, trajetória e conquistas das mulheres sergipanas durante o período de redemocratização com Movimento Feminino pela Anistia**

É preciso dar voz aos homens e mulheres que sofreram repressão, foram vítimas de violência e tortura durante a vigência do regime ditatorial, dar valor à memória dessas pessoas que se propõem a contar suas histórias e experiências, por vezes dolorosas, numa época que marcou suas vidas e da sociedade brasileira durante o período militar.

Escrever a História tendo como base a memória é remontar os fatos e trajetórias de vidas, portanto ela só pode ser montada através dos relatos de quem viveu tais experiências. Portanto, para compor a história das lutas das mulheres sergipanas no período da ditadura militar e no processo de redemocratização do país, precisamos recorrer às lembranças dessas mulheres que foram protagonistas nas lutas em busca de conquistar um espaço dentro da sociedade pela igualdade de direitos, seu envolvimento nas lutas políticas, em movimentos sociais, pelo

empoderamento feminino, representação no espaço público na luta a favor da Anistia de presos políticos. Tudo isso nos leva a uma trajetória histórica que marcou as relações sociais no Brasil e nos conduz a um desafio, pois a reconstrução de fatos históricos através de relatos pessoais exige uma construção de coerência e de continuidade de sua própria história.

Segundo Pollack (1989), a memória enquadrada, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, é suscetível a ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim, como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas com sinais distintos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados.

De acordo com Rovai (2013), os que se propõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexa e subjetiva, emotiva e racionalizada e não se trata somente de a verdade histórica, crítica e distanciada do testemunho, dinâmica incompleta e sempre presentificada.

Cabe ressaltar que os relatos das mulheres que participaram nos movimentos estudantis de resistência à ditadura, que foram presas, torturadas, assediadas, desumanizadas e inferiorizadas por ser “mulher”, que viveram na clandestinidade longe de suas famílias, são relatos que nos introduzem nas particularidades de suas lutas, suas dores como esposa e mãe, e que por vezes alguns fatos foram encobertos por atentarem contra a dignidade e condição feminina e as conduziram a um tempo de silêncio. Como afirma Pollack;

[...] A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. [...] No momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento ( POLLACK, 1989 p.4).

Por isso, colher os testemunhos dessas mulheres tem como objetivo o regate e valorização de suas lutas e experiências, no qual o estudo sobre as memórias dessas mulheres que resistiram e lutaram contra a ditadura e em favor da Anistia nos apresenta uma parte da história vista sobre a perspectiva da mulher que não somente lutou por seus ideais, como ajudou a mudar a história do país, pois em um tempo dominado pelo machismo era comum que as atividades políticas

femininas fossem consideradas irrelevantes, uma vez que muitas foram induzidas a aderirem as lutas por conta de seus companheiros, talvez por isso suas ações tenham sido por um tempo silenciadas até o momento em que assumiram o protagonismo de suas ações e começaram a revelar o íntimo de suas lembranças para que suas histórias não caíssem no esquecimento.

Para Pollack, a sobrevivência durante anos de situações traumatizantes forma lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. Apesar da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. Para o autor, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.

Portanto, podemos perceber que os relatos dessas mulheres militantes e atuantes na Campanha da Anistia nos abre a possibilidade de entender como elas pensavam e sentiam as relações entre gêneros, levando em consideração o estado de submissão que lhes era imposto, a luta por mais liberdade de expressão e igualdade de direitos.

Para Andrade, Barreto, Florêncio (2011), o registro dessas narrativas tem como objetivo preservar a memória e experiências dessas mulheres e ainda prover aos pesquisadores interessados um considerável acervo da memória das mulheres que militaram e atuaram em momentos significativos da história política e cultural do estado de Sergipe, ao mesmo tempo mostram suas particularidades e análises do movimento vivenciado por elas em prol de sua emancipação.

Muitas foram as mulheres que resistiram com coragem às atrocidades praticadas pelos militares contra elas, esposos e familiares. Diante do que vivenciou, Zelita Correia reforça que “sempre podemos perdoar, mas nunca esquecer, pois esquecendo nós corremos o risco de permitir que tais coisas aconteçam. Deste modo, para mim se houver algum engano eu tomei várias alternativas de tratamento psiquiátrico, posso ter esquecido alguma coisa, ou seja, ter sido injusta com alguém, mas do que eu me recordo foi essencialmente a verdade”. (CORREIA, Zelita Rodrigues in.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

Cabe frisar que foi nos anos de 1980 que cresceu o número de estudantes universitários que mobilizaram meios organizados no âmbito sociocultural, se animavam perante a expectativa de um retorno da democracia e, dentre tantas manifestações, movimentos e organizações sociais que se mobilizaram contra o autoritarismo institucional e social, estavam as mulheres que lutavam a

favor da anistia para seus maridos, filhos ou parentes, no que ficou conhecido como Movimento Feminino pela Anistia.

Esse movimento tinha como proposta a denúncia das torturas sofridas por seus parentes e assassinatos praticados pelo governo militar. O movimento organizado pelas mulheres foi um dos primeiros a lutar pela anistia política (Del Porto, 2009), sendo uma das forças que inovaram no campo das lutas sociais, o que contribuiu para a renovação política no país.

Em Sergipe, o movimento das mulheres que lutavam em defesa de seus direitos e emancipação da mulher na sociedade, a favor da anistia de exilados e presos político contava com a presença de algumas mulheres notáveis como Núbia Marques que era professora e escritora, foi quem liderou o organizou o movimento pela Anistia em Sergipe, e Iara Viana de Assis, professora e militante, entre outras. Elas promoviam reuniões, passeatas, levantaram faixas, fizeram mobilizações e protestos, discursaram não só pela anistia, mas também em favor de direitos e garantias das mulheres. Como afirma Laura Marques;

[...] nós começamos através da mulher de Brane que por orientação de lá, já que ela era militante do MR8 começou a trabalhar aqui no Movimento de Mulheres, daí começou a chamar as pessoas para fazer seminários, congressos e as coisas foram crescendo. Nesse momento incorporou Núbia Marques, Tânia Soares, esta era muito jovenzinha mais era atuante, também aquela... Leila, a esposa de Rosalvo Alexandre, Lílian Vanderlei, eu... (MARQUES, Laura in.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

O Movimento de Mulheres tinha a intenção de defender os direitos das mulheres e outras reivindicações sociais, como a construção de creches para as mães que trabalhavam, na luta pelo planejamento familiar e pela assistência social da mulher em um tempo em que o aborto era assunto de grandes discussões. O movimento participou do debate nacional sobre o planejamento familiar que instituiu a consciência de que a assistência à contracepção deveria compor uma política ampla de saúde reprodutiva, e que a questão reprodutiva deveria ser vista como decisão ética individual e um direito social (CORREA, 1992).

Quanto ao movimento em prol da anistia, Cruz (2012<sup>a</sup>) relata que, segundo a professora Iara Viana de Assis, participante do movimento, as mulheres foram renegadas por muito tempo, mas a partir do momento em que começaram a aparecer na luta do movimento da anistia, elas realmente tinham que aparecer e tiveram que ficar à frente da situação visto que seus maridos estavam exilados, na clandestinidade ou presos.

Porém, não era só pelos homens que as mulheres pediam anistia, mas por outras mulheres também, a exemplo de Maria de Lourdes Correia, que conta que a princípio não acreditava que a Campanha da Anistia fosse dar certo, mesmo assim resolveu participar do movimento e foi a primeira mulher sergipana a receber anistia com a promulgação da Lei da Anistia Política promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Baptista Figueiredo (CRUZ, 2011).

A Lei da Anistia concedia o perdão e a libertação de presos políticos, volta dos exilados ao país, reintegração política de todas as pessoas que foram atingidas pelos Atos Institucionais e volta ao serviço de militares e de funcionários da administração pública que foram excluídos de suas funções durante a ditadura militar, abrindo caminhos para a redemocratização no país.

Em entrevista, Tânia Soares relata que com a Anistia várias bandeiras mundiais vieram para a América Latina, inclusive de movimentos de libertação e das bandeiras femininas específicas. Segundo Tânia Soares, existe uma bandeira que defendem até hoje, que é a bandeira da emancipação da sociedade, pois ao emancipar a sociedade a mulher também se emanciparia. Quanto a outras bandeiras que se organizaram junto com o movimento da Anistia, estava o Conselho da Condição Feminina e o Programa de Assistência à Saúde da Mulher (SOARES, Tânia. In.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

Acerca da efetivação do Conselho Municipal da Condição Feminina instalado no ano de 1988, Laura Marques comenta que foi criado por Jackson Barreto, em seguida veio a Constituição e contou com a participação de outras mulheres que realizavam reuniões com o objetivo de enviar suas reivindicações para o Congresso e lutar pelos direitos da mulher (MARQUES, Laura Maria. in: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

Segundo Tânia Soares, que fez parte do conselho no início, a criação do conselho foi um grande avanço porque foi nesse órgão que se reuniu todo o movimento de mulheres existente na cidade, e lutou pelo programa de assistência à saúde da mulher, considerada uma iniciativa inovadora por discutir a saúde específica da mulher numa época em que nem mesmo os médicos sabiam que existia (SOARES, Tânia. In.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

O Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM) foi criado em 1984 pelo Ministério da Saúde, atendendo às reivindicações do movimento das mulheres em que a partir desse momento deu-se uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo (Brasil, 1984), pois era um

consenso entre os diferentes movimentos sociais como o movimento das mulheres, cientistas sociais, sanitaristas e partidos políticos.

Em Sergipe, a Comissão do Conselho Feminino teve como presidente Iara Viana de Assis, foi um dos primeiro a serem criados no país e tinha o propósito de possibilitar as mulheres um espaço em que seus assuntos e interesses fossem discutidos e pudessem receber orientações sobre assuntos de interesse do universo feminino.

O Conselho da Condição Feminina teve grande importância para a situação da mulher e foi bastante atuante, inclusive proporcionou vários benefícios às mulheres como a criação de creches, assistência social. Como fruto da luta do Conselho é criado em 1988 a Delegacia da Mulher em Sergipe. Como relata Laura Marques;

[...] o Secretário de Segurança era José Garcez, então nos reunimos no conselho, chamamos o secretário com a finalidade de criar a Delegacia da Mulher. Além disso, nos inseríamos na luta de enfermagem, principalmente nas profissões onde as mulheres eram maioria como Serviço Social, então Jackson procurou neste conselho ser bem representativo, de modo que tinha assistente social, tinha professoras (MARQUES, Laura Maria. In.: ANDRADE, BARRETO, FLORENCIO, 2011).

Contudo, o que podemos perceber diante de todos esses fatos e relatos de mulheres fortes que fugiram dos estereótipos de sua época em meio a uma situação política e social que não valorizava o trabalho e o papel da mulher, é a comprovação da força e coragem dessas mulheres que apesar de todo preconceito resistiram à perseguição política, à opressão do regime militar, lutaram por seus ideais femininos, por um mundo mais igualitário e contra censura e repressão da ditadura militar.

Porém, foi com o no Movimento Feminino pela Anistia que suas ações ganharam mais visibilidade, na luta pela liberdade e perdão de presos políticos, pela redemocratização do país, conquistaram direitos e benefícios de políticas públicas para a mulher, além da conquista de algo inovador que foi a criação da Delegacia da Mulher que tem como objetivo combater todo tipo de violência física e sexual sofrida pelas mulheres através de um atendimento humanizado e acolhedor.

## **Conclusão**

Com a realização deste trabalho, podemos evidenciar a presença das mulheres em diversos momentos durante o século XX em diversos países do mundo, de forma significativa

depois da criação do Movimento Feminista que foi essencial para que pudessem unir forças e lutar pelas causas femininas iniciando o processo de emancipação feminina fomentando a visibilidade da mulher no espaço público.

No Brasil o movimento feminista ganhou força na década de 1960 e levantou novas bandeiras, a exemplo do combate a todo tipo de depreciação e violência contra a mulher, o uso dos contraceptivos e assuntos ligados ao corpo da mulher. Esses foram temas que serviram de muito debate inclusive entre as mulheres consideradas conservadoras, pois, de acordo com o senso comum da época, o feminismo era associado à luta das mulheres masculinizadas, mal-amadas, lésbicas, ressentidas entre outros rótulos.

Foi, portanto, com a repressão do regime militar brasileira, instaurada em 1964, que motivou o movimento das mulheres atuarem em um contexto diferenciado dos demais países, pois o regime político ditatorial impedia o exercício da democracia por meio da perseguição política e não admitia qualquer tipo de reunião de grupos, exercendo a censura e repressão. Isso impulsionou o movimento das mulheres a lutar contra as imposições arbitrárias do regime militar e a favor das mudanças sociais e políticas no país e passaram a ser também militantes em oposição ao governo.

Não se pode negar que durante muito tempo a presença das mulheres nos movimentos políticos militantes e suas trajetórias foram minimizadas em função de um machismo que se negava a abrir espaço para atuação da mulher, que eram sempre vistas como parceira de militantes e partidários e nunca como soberana de sua decisão em participar nas lutas de resistência ao governo, inclusive de admitir quão fundamental era seu papel dentro dos movimentos políticos e militantes.

Entretanto, apesar das mulheres brasileira e sergipana terem atuado em diversos movimentos militantes e políticos em oposição ao Governo durante as décadas de 1960 e 1970, de terem sido presas, torturadas, violadas em sua condição de mulher, terem abdicado da convivência com seus familiares para viverem na clandestinidade em prol de um ideal político-social, só ganharam visibilidade com a atuação na Campanha Feminina a favor da Anistia, em que protagonizaram as lutas em favor da libertação de presos e perdão de crimes políticos.

Ressaltamos que as mulheres sergipanas também se destacaram no movimento da anistia, na luta pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país. Elas também se

organizaram em movimentos sociais em favor da condição da mulher, reivindicavam uma sociedade igualitária, melhores condições de vida, educação e acesso à saúde de qualidade para as mulheres.

Em continuação as suas lutas em favor da mulher, foi fundado o Conselho da Condição Feminina que trouxe muitos benéficos para as mulheres como programas de assistência e saúde da mulher, criação de creches, programas de planejamento familiar, o combate à gravidez precoce entre outras conquistas, como a criação da 1ª Delegacia da Mulher no Estado de Sergipe para combater qualquer tipo de violência física e sexual contra a mulher e atendê-las de formas humanizada através de atendimento diferenciado, respeitando a condição da mulher.

Ao analisarmos os relatos das mulheres que atuaram nos movimentos militantes e políticos durante a ditadura militar e na campanha da anistia percebemos que as lutas que as mulheres brasileiras enfrentaram durante a ditadura militar não foram fáceis, pois enquanto que em muitos países o movimento das mulheres reivindicava mais direito e igualdade para as mulheres, no Brasil, as mulheres foram impelidas a lutarem contra um sistema de governo autoritário e repressor concentrando suas lutas entre as lutas gerais e as lutas específicas das mulheres.

Contudo, podemos concluir a importância histórica dessas mulheres durante o período do governo militar que lutaram em favor de uma sociedade mais justa e democrática e perceber seu protagonismo nas lutas em favor do país e da causa feminina que mudaram a história e trajetória de outras mulheres. Dessa forma, a abordagem desse tema é importante para resgatar e a memória dessas mulheres que militaram nos movimentos estudantis e políticos pela redemocratização do país e em favor da causa da e necessidade da mulher.

## **Abstract**

This article proposes to highlight the struggles and protagonism of Brazilian women during the period of the military dictatorship, with the special focus on the women's campaign for amnesty. Our purpose is to rescue the memory of these women who militated against the authoritarianism and repression imposed by the military government and fought in favor of redemocratization in the country. The study also emphasizes the role of Sergipe women in political, student and militant movements, as they suffered repression, were arrested, tortured as women. We also look into the life of those women who opted for clandestine, based on

testimonies collected by the State Commission of Truth and interviews given to the Project “Voices from a Past-Present”. In their reports, the women here in sight narrate their individual trajectories and the way they were treated by agents when arrested. However, the women's role only gained visibility with the women's campaign in favor of amnesty and the creation of the Female Condition Council that leveraged achievements in favor of the cause and needs of women and the creation of the Women's Police Station in 1988.

**Keywords:** Women; military dictatorship; Amnesty campaign; women visibility

## Referências

ANDRADE, José Anderson Farias; BARRETO, Livia Rocha Teles; FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. **Registro e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX**. Aracaju: UNIT, 2011.

CORTÊS, Ana Maria Santos Rolemberg. **Depoimento**. Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo. Aracaju-SE, 19 de maio 2016.

CORRÊA, Sonia. **PAISM: uma história sem fim**. Recife, SOS Corpo, 1992. Disponível em <[https://www.rebep.org.br/revista/article/viewFile/488/pdf\\_463](https://www.rebep.org.br/revista/article/viewFile/488/pdf_463)> Acesso em: 01 de set. de 2017.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. Salvador: PPGH/UFBA, 2012.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964 – 1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

**Entrevistas** concedidas ao projeto vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. In.: ANDRADE, José Anderson Farias; BARRETO, Livia Rocha Teles; FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. **Registro e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX**. Aracaju: UNIT, 2011.

MARQUES, Laura Mara Ribeiro. **Depoimento**. Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo. Aracaju-SE, 22 de mar. 2016.

MERLINO, Tatiana. **Direito á memória e á verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

**Mulheres em Luta**. [Série documental]. Direção de Susana Lima. Gnt, 2014. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta>> Acesso em: 30 de jun. 2017.

**Mulheres, Resistência e Repressão**. Disponível em: <<http://memoriasdaditaduramilitar.org.br/mulheres/>> Acesso em: 02 de jul. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio do Sul, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br> > Página Inicial > v. 2, n. 3 (1989) > Pollack> Acesso em: 27 de ago. 2017.

**She's Beautiful When She's Angry** [Documentário] Direção de Mary Dore. Netflix, 2014. 1h32min  
Disponível em:< <https://www.netflix.com>> Acesso em: 04 de jul. 2017.

THIOLLENT, Micheí.. **Maió de 1968 em Paris**: testemunho de um estudante. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10(2): 63-100, 1998. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>> Acesso em: 23 de jul. 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória**: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). Revista Tempo e Argumento Volume 05 - Número 10 - Ano 2013. Disponível em:<[http:// www.revistas.udesc.br](http://www.revistas.udesc.br) > Capa > v. 5, n. 10 (2013). > Acesso em: 27 de ago. 2017.